


Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2690969220200417112039

Recurso 0801619-22.2019.8.23.0010 ☆ - (4 dia(s) em tramitação)

Órgão Julgador: Câmara Cível em Composição Reduzida
Relator: Elaine Cristina Bianchi
Classe Processual: 198 - Apelação
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Matéria: Matéria Genérica das Turmas Cíveis
Nível de Sigilo: Público
Árvore Processual:  Processo: 0801619-22.2019.8.23.0010 - Procedimento Ordinário
Recurso: 9001122-15.2019.8.23.0000 - Agravo de Instrumento
Recurso: 0801619-22.2019.8.23.0010 - Apelação Cível

Dados do Recurso

Partes

Movimentações

Movimentações no 1º Grau

Apensamentos

Ações Vinculadas

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor Público ☐ Entidades Remessa ☐ Juiz Recursal ☐ Membro do MP/Delegado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao Data do Movimento(Período): à

Descrição:

10 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 10

500 por pág.1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	10	17/04/2020 11:20:39 JUNTADA DE PETIÇÃO DE AGRAVO INTERNO Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E NÃO-PROVIDO (15/04 /2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div>10.1 Arquivo: PetiçãoAss.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO2562211AGRAVOINTERNO001.pdfPúblico</div>			
	9	16/04/2020 11:16:21 LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 04/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 6) CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E NÃO-PROVIDO (15/04/2020) e ao evento de expedição seq. 8.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	8	16/04/2020 05:51:15 EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis Referente ao evento (seq. 6) CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E NÃO-PROVIDO (15/04/2020)	Eglys Regina Gomes Damasceno Batista Analista Judiciário
	7	16/04/2020 05:51:15 EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de BRENO RICARDO SALDANHA CRUZ com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 6) CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E NÃO-PROVIDO (15/04/2020)	Eglys Regina Gomes Damasceno Batista Analista Judiciário
	6	15/04/2020 16:32:47 CONHECIDO O RECURSO DE PARTE E NÃO-PROVIDO	Elaine Cristina Bianchi Magistrado
	5	13/04/2020 11:41:32 CONCLUSOS PARA DESPACHO INICIAL DE RELATOR Para: Elaine Cristina Bianchi	Vandré Luciano Bassaggio Peccini Analista Judiciário
	4	13/04/2020 11:41:32 DISTRIBUÍDO MANUALMENTE Para Elaine Cristina Bianchi - Câmara Cível. Motivo : Prevenção à Recurso distribuído anteriormente.	Vandré Luciano Bassaggio Peccini Analista Judiciário
	3	13/04/2020 11:40:49 JUNTADA DE ANÁLISE DE PREVENÇÃO	Laurinda Neves dos Santos Analista Judiciário
	2	13/04/2020 08:50:43 RECEBIDOS OS AUTOS Recurso Autuado Nº 0801619-22.2019.8.23.0010	Vandré Luciano Bassaggio Peccini Analista Judiciário
	1	25/03/2020 12:47:12 REMETIDOS OS AUTOS PARA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA	ALDENEIDE NUNES DE SOUSA Analista Judiciário



EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR ELAINE BIANCHI DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

Processo: 08016192220198230010 – Apelação – 08016192220198230010

AGRAVANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

AGRAVADO: BRENO RICARDO SALDANHA CRUZ

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos do **RECURSO DE APELAÇÃO** em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V.Ex.^ª, interpor

AGRAVO REGIMENTAL

da r. decisão monocrática, na forma e termos que passa a expor.

DO CABIMENTO DO PRESENTE AGRAVO:

Dispõe o art. 1.021 do NCPC:

“Art. 1.021 - Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.

§ 1º - Na petição de agravo interno, o recorrente impugnará especificadamente os fundamentos da decisão agravada.

§ 2º - O agravo será dirigido ao relator, que intimará o agravado para manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual, não havendo retratação, o relator levá-lo-á a julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta. [...]

Tendo sido conhecido e julgado monocraticamente o recurso, para negar provimento ao Recurso de Apelação.

DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA

DISTORÇÃO DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 278 DO STJ

Não assiste razão a parte Agravada na tentativa de adequar seu caso à hipótese de afastamento da prescrição em razão da aplicação da súmula 278 do STJ, visto que, em situação diametralmente oposta do que é alegado, percebe-se pelos documentos dos autos que a vítima não submeteu-se a tratamento permanente e contínuo com vistas a recuperação da lesão acometida em virtude do acidente.

Corroborando com o alegado, somente são juntados na exordial documentos médicos da época em que o mesmo sofreu acidente, deixando de acostar laudos que comprovem que este ficou em tratamento contínuo até a suposta ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez.

Imperioso ressaltar que o simples fato da parte Agravada se submeter a uma nova perícia, não pode dar ensejo à renovação do prazo prescricional, sob pena de esvaziar o instituto da prescrição, tornando a ação de cobrança de seguro DPVAT, imprescritível, mormente por se tratar de um seguro cuja uma das coberturas é a invalidez **permanente**.

Forçoso assinalar que a simples alegação de que a “ciência inequívoca” se deu tanto tempo após o fato, abrirá precedentes para que, qualquer indivíduo ajuíze demandas no judiciário com sua pretensão prescrita, bastando apresentar um novo laudo do IML, alegando que sua ciência se deu nesta data.

Ademais, não é crível nem verossímil que, após ter sofrido um acidente que resultou graves lesões e sequelas permanentes, conforme alega o Requerente, após o decurso de tanto tempo é que tenha se dado conta do verdadeiro efeito das lesões sofridas e suas consequências.

Ademais, verificou-se no caso em epígrafe a ocorrência da prescrição da pretensão da parte Agravada ao recebimento do Seguro, considerando o sinistro ter acontecido em **08/12/2014**, ao passo que o pedido administrativo ocorreu no dia **22/11/2017**, sendo a presente ação distribuída somente em **22/01/2019**.

Merecedor de destaque o Verbete Sumular nº 229 do Superior Tribunal de Justiça, o qual assevera que o pedido administrativo **suspende o prazo prescricional**. Logo, temos que a **retomada** do prazo prescricional se dá com a negativa do pedido administrativo, pois este que dá fim à suspensão daquela contagem.

Assim, por certo, tratando-se o pedido administrativo de uma causa **suspensiva** do prazo prescricional, o lapso transcorrido entre a data da ciência inequívoca (acidente) e o início da causa suspensiva (pedido administrativo) deve ser considerado para fins de somatório ao prazo verificado após cessada a suspensão.

No caso específico dos autos, transcorreu entre os dois marcos, o prazo de **2 ANOS E 11 MESES**. Assim, após, a data da negativa do pleito administrativo, ou seja, o fim da causa suspensiva, que se deu na data de **29/05/2018**, temos que a data de ajuizamento da ação ocorreu no dia **22/01/2019**, considerando que não houve comprovação de que a vítima necessitou de tratamento médico durante certo período para que o marco inicial da prescrição fosse deslocado para a suposta data da “ciência inequívoca da invalidez”.

Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, irremediável a não aplicação da súmula 278 do STJ, por ser razão da mais lúdima justiça!

CONCLUSÃO

Diante do exposto, **REQUER A AGRAVANTE QUE SEJA EXERCIDO O JUÍZO DE RETRATAÇÃO, PELA RELATORA E/OU QUE SEJA POSTO EM JULGAMENTO DESTE COLEGIADO PARA QUE CONHEÇA DO RECURSO DE APELAÇÃO, REFORMANDO A R. SENTENÇA POR SER MEDIDA DE INTEIRA JUSTIÇA, razão pela qual**, requer-se que seja reconsiderada a decisão que conheceu e negou seguimento ao Recurso de Apelação monocraticamente;

Subsidiariamente, ante as razões recursais e do que mais dos autos consta, caso o (a) **MM(A) RELATOR(A)** não exerça a retratação prevista no NCPC, que seja colocado em mesa para julgamento deste Colegiado;

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 17 de abril de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR